

Tradução
e
Multidisciplinaridade

Organização:
Marcia A. P. Martins

PUC-RIO – DEPARTAMENTO DE LETRAS

EDITORA LUCERNA
Rio de Janeiro – 1999

Dessa forma, parece recomendável que os adeptos da *inter-, trans- e multidisciplinaridade* busquem meios e estratégias passíveis de garantir que “experiências turísticas transformem-se em ações produtivas mais duradouras, capazes de motivar e aprofundar experiências complementares significativas”, como observa Olinto.

Acredito ter reunido, aqui, contribuições que não se limitam a ampliar horizontes, mas efetivamente criam condições para uma fecunda coexistência e interpenetração de múltiplos saberes, logrando escapar da frustração de “saber tudo sobre nada ou nada sobre tudo”.

Marcia A. P. Martins

Rio de Janeiro, fevereiro de 1999

Linguística e Estudos Culturais: Paradigmas Complementares ou Antagônicos nos Estudos da Tradução? *

Mona Baker

Parece não haver dúvidas de que os estudos da tradução estão passando por um período de mudanças radicais. Mas a área também se vê, infelizmente, atravessando um momento de fragmentação, no que diz respeito a abordagens, escolas e metodologias. O maior cisma que hoje ameaça reduzir o discurso sobre a tradução a uma série de dicotomias e raciocínios normativos é aquele existente entre um paradigma relativamente novo, ou seja, os estudos culturais, e os modelos derivados da linguística, plenamente consolidados, embora não desprovidos de falhas¹. Nos dias de hoje, esses últimos chegam a receber o rótulo pejorativo de modelos “cientificistas”; além disso, pressupõe-se que ainda estejam atrelados a noções ingênuas de equivalência e que considerem o texto como a unidade máxima de análise.

Os estudos culturais estão sendo atualmente propostos por alguns estudiosos como um novo paradigma capaz de examinar o fenômeno tradutório com mais propriedade do que se fez sob a influência da linguística. Isso, pelo menos, é o que afirmam alguns de seus proponentes. A razão pela qual essa nova abordagem vem sendo apresentada como uma alternativa aos modelos derivados da linguística – considerados insuficientes mesmo quando incorporam adequadamente o conceito de cultura em suas análises – é que os estudos culturais não se preocupam apenas em priorizar as

* Este artigo foi publicado, originalmente, em inglês, com o título “Linguistics and Cultural Studies: Complementary or competing paradigms in Translation Studies?”, na coletânea de ensaios *Übersetzungswissenschaft im Umbruch*, organizada por Angelika Lauer, Heidrun Gerzymisch-Arbogast, Johann Haller e Erich Steiner (Tübingen: Gunter Narr, 1996).

questões culturais propriamente ditas. Uma das características principais desta disciplina, como explicarei em breve, é a forte dimensão política que acrescenta a seus eventuais objetos de estudo. Esse fato mostra-se particularmente evidente nos Estados Unidos, onde o estudo da tradução dentro de um arcabouço teórico cada vez mais identificado com os estudos culturais – e claramente oposto ao paradigma lingüístico – tornou-se uma atividade altamente politizada:

Durante os anos 90, à medida que a tradução emerge como disciplina autônoma, dois paradigmas bastante diferentes parecem orientar as pesquisas. De um lado, identifica-se uma abordagem que pode ser denominada, genericamente, lingüística textual, em que conceitos de equivalência fundamentam-se na classificação de tipologias e funções textuais. De outro, observa-se uma abordagem que costuma ser denominada, genericamente, estudos culturais, cuja preocupação básica consiste em examinar o modo como os valores, ideologias e instituições resultam em práticas diferentes em momentos históricos distintos. [...] é provável que os estudos culturais dominem as pesquisas sobre tradução nos Estados Unidos. Aparentemente, nenhuma outra abordagem está despertando tanto interesse, a ponto de atrair estudiosos de disciplinas que, até agora, tinham ignorado a tradução – apesar da sua importância na história política e cultural americana. (Venuti, 1998) ²

Por mais positivo e instigador que este fenômeno – ou melhor, alguns aspectos do mesmo – possa parecer, é bastante preocupante vê-lo indevidamente contraposto às análises estruturais derivadas da lingüística, apresentadas por alguns como magantes e sem vida. Susan Bassnett e André Lefevere, responsáveis por uma série dedicada aos estudos da tradução publicada pela Routledge, deixam bem claro que os títulos oferecidos integram-se ao paradigma dos estudos culturais e falam com entusiasmo sobre a “virada cultural” nos estudos da tradução (1990: 4). Os autores asseguram que “o leitor não encontrará mais comparações minuciosas entre originais e traduções” (ibidem) uma vez que, como afirmam no prefácio comum à série, esta “tem por objetivo tratar do problema da ideologia, mudança e poder na literatura e na sociedade, de forma a confirmar a função central da tradução como força modeladora”. Tais comentários são complementados por críticas severas aos lingüistas e à lingüística, apresentada como o paradigma oposto. Os autores observam que, do foco inicial na

palavra como unidade básica de tradução, os lingüistas evoluíram para o texto, mas não foram além. Afirmam, ainda, que

a posição geral do lingüista nos estudos da tradução pode ser comparada à de um explorador intrépido que se recusa a prestar atenção às árvores de uma região que descobriu enquanto não completar uma descrição detalhada de todas as plantas existentes no local. (ibidem)

É interessante notar que nos Estados Unidos, onde a “virada cultural” nos estudos da tradução é interpretada de uma forma mais radical, o próprio trabalho de Susan Bassnett tem sido criticado com base em argumentos similares. Niranjana (1992: 59) observa que Bassnett ignora “as relações de poder implícitas na tradução” no momento em que declara que o processo tradutório “tem princípios gerais que podem ser determinados, categorizados e, em última análise, utilizados no ciclo texto-teoria-texto, independentemente das línguas envolvidas” (Bassnett, 1991: 11). Portanto, até mesmo no âmbito dos estudos culturais falta consenso quanto ao modo como a tradução pode ou deve ser estudada a partir dessa perspectiva.

Mas afinal, em que consiste este novo e instigante paradigma denominado estudos culturais? Como ele vem influenciando o estudo da tradução? Será ele capaz de suceder a lingüística como a disciplina que mais informa esses estudos? E será a lingüística realmente tão ingênua e improdutiva como afirmam alguns proponentes desse paradigma “alternativo”? Na tentativa de encontrar respostas para essas questões, gostaria de começar examinando as origens e metas dos estudos culturais como disciplina autônoma, visto que o conhecimento de seu histórico pode ajudar a entender a forma como o novo paradigma tem sido aplicado ao estudo da tradução, bem como algumas das limitações que lhe são inerentes. A seguir, passo a fazer uma reflexão sobre as diversas manifestações da influência dos estudos culturais sobre o estudo da tradução e a discutir algumas áreas relativamente novas da lingüística, que apresentam objetivos bastante semelhantes aos dos estudos culturais – embora mantendo diferenças metodológicas – e que vêm sendo cada vez mais aplicadas ao estudo da tradução. Por fim, a despeito da retórica inflamada que pode, às vezes, ser encontrada na literatura específica, procurarei avaliar a contribuição que as duas disciplinas – lingüística e estudos culturais – já prestaram e ainda poderão vir a prestar aos estudos da

tradução. Acredito firmemente que os estudos da tradução podem e devem fazer uso de vários discursos e disciplinas; que cada um tem muito a oferecer em determinadas áreas, ao mesmo tempo em que apresenta grandes limitações em outras (a lingüística não é uma exceção); e que quaisquer tentativas de aclamar determinado paradigma como a resposta para todos os nossos problemas são tanto ingênuas quanto perigosas, e estão fadadas a dificultar futuros avanços da disciplina.

1. O que são os estudos culturais?

Começarei procurando responder à difícil questão que diz respeito à verdadeira natureza dos estudos culturais, ou estudos culturais britânicos, como a disciplina é, por vezes, chamada.³ A resposta não é nem um pouco óbvia, como até mesmo pesquisadores da área fazem questão de salientar (Storey, 1994: 47).

Primeiramente, é preciso fazer uma distinção entre estudos culturais e estudos da cultura propriamente dita, que têm uma longa história e abrangem uma série de disciplinas, incluindo a antropologia, a sociologia e, mais recentemente, os estudos culturais. Tradicionalmente, há duas maneiras de se pensar a cultura. A primeira a vê como o resultado de um processo evolutivo, que parte de um estado de selvageria para chegar ao auge da civilização. Trata-se de uma visão elitista, que privilegia, por exemplo, a civilização ocidental, em detrimento da hindu ou chinesa – e, mais recentemente, a literatura erudita em oposição a manifestações artísticas populares, como as novelas de televisão ou a música de Bob Dylan. A segunda vertente é menos elitista, mais pluralista e vê a cultura como o modo de vida de um povo. Essa foi a visão que acabou por preponderar na antropologia e na teoria social, e que deu origem aos estudos culturais como uma disciplina independente. É uma visão que enfatiza o pluralismo e a diferença, e que usa os estudos de campo como uma metodologia de pesquisa sobre vários aspectos de uma determinada cultura, seja de forma empírica ou histórica.

No âmbito desse segundo paradigma de cultura, pluralista e não-elitista, Jenks (1993: 36-40) explica que ainda há outra distinção, desta vez entre o que ficou conhecido como a teoria dos padrões de cultura (associada a Alfred Kroeber) e a estrutura social como uma teoria da cultura (associada a Radcliffe-Brown). Segundo a primeira teoria, a cultura consiste em padrões de com-

portamento; o seu objeto de estudo são esses padrões e, não, o comportamento puro e simples:

a cultura não é o comportamento nem a investigação do comportamento em sua totalidade concreta. Uma parte da cultura consiste em normas e padrões de comportamento. Outra parte, em ideologias que justificam ou racionalizam certas formas selecionadas de comportamento. Finalmente, cada cultura inclui amplos princípios gerais de seletividade e ordenação ('fatores comuns mais gerais') segundo os quais os padrões que se referem ao comportamento numa ampla variedade de áreas culturais podem ser reduzidos a uma generalização parcimoniosa (Kroeber e Kluckhohn, 1952: 189, citado em Jenks, 1993: 37).

Creio ser fácil identificar a influência da teoria dos padrões de cultura nos estudos da tradução. É possível, por exemplo, traçar um paralelo entre o conceito de normas, desenvolvido por Gideon Toury e essa teoria. Em outras palavras, é possível dizer que a definição de normas como opções geralmente feitas pelos tradutores em períodos e situações socioculturais determinados é apenas uma ampliação da idéia de que todo o comportamento social é padronizado – ou seja, exatamente o que Kroeber e Kluckhohn afirmaram nos idos de 1952. Não estou dizendo que tenha havido, aqui, um empréstimo direto de idéias, e estou ciente de que o trabalho de Toury costuma ser associado ao formalismo russo, e não à teoria social. É importante, entretanto, levar em conta o fato de que o clima intelectual geral, bem como áreas específicas do estudo da cultura, podem ter influenciado importantes avanços nos estudos da tradução no passado (nem tão) recente, e muito antes de os estudos culturais terem surgido. Em outras palavras, a influência dos estudos da cultura na tradução não é, por si só, uma novidade. Além disso, os avanços no estudo da própria cultura refletem avanços nas pesquisas em geral, não podendo ser isolados do contexto intelectual mais amplo do qual emergiram.

Também podemos, de forma igualmente convincente, afirmar que o conceito de normas remonta a avanços na lingüística *mainstream* e, não, em disciplinas como a teoria social, responsável pelo surgimento dos estudos culturais. De fato, as normas, segundo o modelo ternário de Toury, representam um nível intermediário entre a competência e o desempenho: ambas as noções pertencem, naturalmente, à lingüística *mainstream*. O conceito de normas,

do modo como o entendo, pode ser definido da seguinte forma: a competência representa o estoque de todas as opções disponíveis aos tradutores num determinado contexto; o desempenho é o subconjunto de opções que os tradutores efetivamente selecionam a partir desse estoque (trata-se de comportamento puro e simples); e as normas são um novo subconjunto dessas opções, ou seja, são as opções feitas regularmente numa determinada situação sociocultural. Nesse sentido, o conceito de normas integra-se a outro conceito atualmente muito importante na lingüística, particularmente na lexicografia. Trata-se da noção de “tipicalidade”, que, como as normas, encontra-se num espaço intermediário entre a competência e o desempenho, ou *langue* e *parole*, nos termos de Saussure.

Voltemos ao paradigma pluralista de cultura, no qual apontei uma possível distinção entre a teoria dos padrões de cultura e a teoria social da cultura. A primeira, como vimos, pode já ter tido alguma influência sobre os estudos da tradução, mesmo que apenas indiretamente. A segunda, conforme desenvolvida por Radcliffe-Brown (1957), equipara a cultura aos sistemas sociais; o estudo da cultura, sob essa perspectiva, consiste no estudo da estrutura social. Esta, por sua vez, é vista como uma “rede de relações sociais que inclui grupos, categorias, classes e papéis sociais que se mantêm” (Jenks, 1993: 93). A teoria dá primazia à idéia de interrelações e examina as partes não como se fossem autônomas, mas na medida em que interagem com outros componentes da estrutura. Neste momento, vale a pena lembrar que o *Curso de Lingüística Geral*, de Saussure, também foi publicado em inglês no final da década de 50 – mais precisamente, em 1959. Mais uma vez, cabe observar a convergência dessa abordagem com o conceito de polissistema desenvolvido por Itamar Even-Zohar e Gideon Toury. Mais recentemente, estudiosos que se preocupam em examinar as relações entre tradutores e editores, clientes e várias outras instituições sociais têm demonstrado grande interesse nas relações sociais e nos grupos sociais duradouros (Venuti, 1992 e 1995a; Lefevere, 1992; Fawcett, 1995).

Conseqüentemente, a teoria dos polissistemas, que tem figurado entre as abordagens mais influentes nos estudos da tradução, parece afinar-se muito bem com propostas das disciplinas que informaram e deram origem aos estudos culturais. Ela compartilha certos pressupostos com a teoria dos padrões de cultura e com

a teoria social da cultura. Além disso, se levarmos em conta que os estudos culturais também enfatizam a importância de manifestações como a cultura popular e outras formas marginalizadas de expressão, mais uma vez, a teoria dos polissistemas é perfeitamente compatível com esta abordagem, visto que enfatiza formas não-canônicas de escritura, inclusive traduções e literatura infantil. Com isso, tanto a percepção quanto a recepção da teoria dos polissistemas, além do trabalho de Toury como um todo, têm características muito peculiares nos Estados Unidos (onde a influência dos estudos culturais nos estudos da tradução pode ser mais claramente sentida). Isso ocorre porque, apesar de parecer sintonizar-se com os avanços no estudo da cultura, este não é o tipo de aplicação para os estudos culturais que estudiosos como Niranjana (1992), por exemplo, parecem apoiar. Na verdade, são raras as referências ao trabalho de Toury ou ao de Even-Zohar em publicações americanas, e quando existem, elas tendem a criticar as limitações da teoria dos polissistemas a partir da perspectiva dos estudos culturais. Niranjana, por exemplo, rejeita o empirismo de Toury, apontando que “a ‘ciência empírica’ da tradução surge a partir da repressão das relações assimétricas de poder que informam as relações entre as línguas” (1992: 60).

De qualquer forma, os estudos culturais configuraram-se como disciplina a partir da tradição de estudar a cultura sob uma perspectiva pluralista, não-elitista; isso fica evidente na medida em que o estudo da cultura popular foi essencial para a sua formação. No entanto, ao contrário de outros estudos da cultura, o elemento “cultural” dos estudos culturais é político em vários sentidos. É político em sua ênfase na cultura popular (em oposição a formas eruditas de literatura e arte), e é político no sentido de que, por sua vez, vê a cultura popular como “uma arena de consentimento e resistência. É nela, em parte, que a hegemonia surge e é assegurada” (Hall, 1981a, citado em Storey, 1994: 8).⁴ Por mais que os estudiosos da área dos estudos culturais tenham posturas diferentes frente à cultura e concepções distintas desse fenômeno, eles tendem a pensar a cultura em termos políticos, fato que parece constituir a principal diferença entre a disciplina em questão e outras afins, como os estudos da comunicação, a antropologia e a sociologia. Parece, também, ser a principal característica das abordagens da tradução fundamentadas nos estudos culturais, o que pode ajudar a explicar a limitada influência da

teoria dos polissistemas nos Estados Unidos. Os estudos da tradução associados ao paradigma dos estudos culturais diferem daqueles que também priorizam o ambiente cultural, principalmente pelo fato de terem uma pauta política definida, seja esta relacionada a questões de gênero, raça, colonialismo, pós-colonialismo, estratégias editoriais ou resistência à perda da especificidade cultural do texto-fonte.

2. Estudos culturais, estudos da cultura e estudos da tradução

O estudo geral da cultura tem tido grande destaque na literatura sobre tradução produzida nas últimas décadas. Já em 1954 Casagrande afirmou que, “na verdade, não se traduzem *línguas*, e sim *culturas*” (p. 338). Nas décadas de 60 e 70, estudiosos como Eugene Nida e Peter Newmark tentaram classificar os tipos de questões culturais problemáticas para a tradução em categorias como cultura material, cultura religiosa, cultura política, cultura social e até mesmo ecologia. Essa última categoria, por exemplo, nos leva a prever que a qualidade estética do verso de Shakespeare “Shall I compare thee to a summer’s day” perder-se-ia numa tradução literal para o árabe, visto que, nos países árabes, o verão não é uma experiência agradável. Este tipo de debate sobre a cultura não é novidade nos estudos da tradução: a influência dos estudos da cultura (em oposição aos estudos culturais) é antiga. Trabalhos mais recentes de Hatim e Mason (1990) e de minha autoria (Baker, 1992), entre outros, vêm incorporando, de forma explícita, considerações pragmáticas e culturais que têm precedência sobre critérios puramente lingüísticos.

Os proponentes do paradigma dos estudos culturais, no entanto, ainda são da opinião de que a abordagem que denominam lingüística/cientificista não dá a ênfase adequada à cultura. Para compreender essa crítica, é necessário lembrar que os estudos culturais, diferentemente dos estudos gerais da cultura, têm uma pauta política explícita e não se satisfazem com um estudo neutro de questões culturais na sociedade (considerando-se que nenhum estudo pode ser totalmente neutro, trata-se mais de uma questão de gradação). A abordagem dos estudos culturais atribui à tradução o poder de transportar atitudes ideológicas e vê o seu estudo como uma forma não só de revelar essas atitudes mas também de usar o processo tradutório para desafiar posturas hegemônicas

diante da sociedade e da cultura – recorrendo, por exemplo, ao que Venuti (1995a: 34) chama de estratégias estrangeirizadoras, mesmo no estágio inicial da escolha do texto a ser traduzido. Um tradutor e/ou um editor podem optar por um texto que desafie os nossos pressupostos culturais, em detrimento de outro mais compatível com o gosto dos leitores em potencial e com as expectativas do mercado interno. Massardier-Kenney (Kadish e Massardier-Kenney, 1994: 14) define essa abordagem de modo bastante claro ao apontar que, “ao traduzir, está-se contribuindo para a formação da cultura, e o próprio gesto tradutório pode criar bolsões de resistência na hegemonia cultural”. A idéia, portanto, não é apenas dar primazia a questões culturais ou levá-las em conta, mas sim usar a tradução – e o seu estudo – como arma para combater o colonialismo, o racismo e outros preconceitos, como o sexual.

Entre os trabalhos que se encaixam no paradigma dos estudos culturais incluem-se, por exemplo, os que abordam questões de gênero na tradução. Tais estudos cobrem uma série de áreas ou linhas de investigação. Primeiramente, há reflexões sobre as metáforas associadas a gênero (por exemplo, Chamberlain, 1988), precisamente porque “essas metáforas revelam algo sobre a política da tradução. Revelam uma angústia a respeito das questões da origem e originalidade, e uma luta de forças em torno do sentido da diferença” (Chamberlain, 1998). Em segundo lugar, examina-se o modo de traduzir das mulheres, particularmente no que se refere à tradução de textos feministas, bem como aqueles que não valorizam as mulheres nem as vêem com simpatia. Os estudos sobre gênero e tradução também comportam investigações históricas a respeito do trabalho e das posições teóricas das tradutoras ao longo do tempo (por exemplo, Krontiris, 1992 e Robinson, 1995).

Incluem-se igualmente no paradigma dos estudos culturais outras áreas dos estudos da tradução, como o estudo dos sistemas de patronagem e de censura, estratégias editoriais e a história da tradução, essa última apenas quando apresenta uma pauta política. Dessa forma, é provável que as investigações históricas sobre tradutoras sejam consideradas mais compatíveis com uma moldura de estudos culturais do que, por exemplo, o grandioso projeto sobre a história da tradução patrocinado pela UNESCO e pela FIT e organizado por Jean Delisle e Judith Woodsworth no Canadá (Delisle e Woodsworth, 1995). É improvável que este projeto venha a ser considerado um exemplo da abordagem dos estudos

culturais, em parte porque o trabalho de Jean Delisle costuma ser associado ao paradigma lingüístico e em parte porque, até o momento, não foi anunciado algum objetivo político relacionado ao projeto. Não lhe atribuem, por exemplo, a intenção de desafiar o *status quo* ou de reescrever a história de um ponto de vista pós-colonial.

Conseqüentemente, o tipo de estudos culturais privilegiado principalmente pelos estudiosos americanos (e agora, cada vez mais, pelos britânicos) apresenta uma pauta política explícita, que consiste em revelar o papel desempenhado pela tradução em contextos coloniais, denunciar metáforas sexistas, usadas no âmbito da disciplina, contestar nossos pressupostos culturais sobre a tradução, questionar a perspectiva legal dos tradutores e da sua atividade (Venuti, 1995b) e assim por diante. Certamente não falta engajamento nessa descrição dos vários aspectos do processo tradutório ou da história da tradução.

Uma conseqüência interessante da influência dos estudos culturais sobre as teorias de tradução foi o retorno a algum tipo de conceito de fidelidade – ou, em termos mais atuais, de resistência. Nas palavras de Doris Kadish, referindo-se à tradição francesa,

fundamental para esse retorno foi a crença recente de que particularidades nacionais e raciais deveriam ser reconhecidas através da tradução e de outras formas de mediação cultural. O reconhecimento dessas particularidades exigiu uma transferência do foco da tradução para o texto e a cultura da língua-fonte, em detrimento da ênfase anterior nas convenções e expectativas da sociedade receptora. (Kadish e Massardier-Kenney, 1994: 27)

Evidentemente, tal perspectiva diverge bastante dos trabalhos relativamente recentes surgidos na Europa continental, como os desenvolvidos por Hans Vermeer e Christiane Nord, na Alemanha, que se preocupam com o aspecto da adequação do texto traduzido à função que deverá desempenhar na cultura-alvo, e não mais com a fidelidade ao autor ou ao texto-fonte.

3. Lingüística moderna, ideologia e estudos da tradução

Deixemos de lado os estudos culturais e o modo como eles vêm sendo aplicados aos estudos da tradução até o momento. A questão agora é: será que a lingüística realmente ignora os aspectos ideológicos envolvidos na tradução e permanece presa a análises puramente estruturais e a noções ultrapassadas de equivalência?

Gostaria de argumentar que tanto a lingüística quanto os estudos da tradução baseados nessa disciplina alcançaram um progresso extraordinário nos últimos anos, e que, de modo algum, ignoram as questões ideológicas presentes na língua e na tradução. Os estudiosos que insistem em considerar irrelevantes para a tradução as abordagens de cunho lingüístico muitas vezes não estão a par dos rumos mais recentes da lingüística, nem de alguns dos estudos mais instigantes sobre tradução realizados dentro do arcabouço da lingüística moderna. Às vezes, eles parecem não ter conhecimento de *nenhum* trabalho recente no campo dos estudos da tradução. Niranjana, por exemplo, afirma que essa disciplina “parece ignorar não só as relações de poder que informam a tradução mas também a historicidade do texto traduzido” (1995: 59). Observa, ainda, que “seria demais esperar que os estudos da tradução, tendo em vista as suas limitações intrínsecas, iniciassem ou sustentassem um debate sério a respeito da natureza política da tradução – política no sentido de que se articula com a história e as relações de poder” (ibidem, pp. 60-1). Mas em que literatura a autora se baseia para chegar a tais conclusões? Curiosamente, ela se refere a Steiner (1975), Louis Kelly (1979), Bassnett-McGuire (1980) e até mesmo a Arrowsmith e Shattuck (1961). Sua referência bibliográfica mais recente é Toury (1985). Ela chega a referir-se a Bassnett (1980) como “um livro recente que mapeia o desenvolvimento da área” e a Kelly (1979) como “uma obra recente sobre tradução” (1992: 56-7; grifos meus).

Vejamos o que vem acontecendo na lingüística e nos estudos da tradução de base lingüística num período *relativamente* recente. Ênfase *relativamente* porque não considero a década de 60 e 70, bem como o início dos anos 80, como um período recente. Em termos de pesquisa, publicações datadas da primeira metade da década de 80 já estão desatualizadas.

Em 1979, Roger Fowler publicou o livro *Language and control*, que forneceu a base para um campo inteiramente novo na lingüística, ao qual alguns estudiosos referem-se como análise do discurso, embora o termo *lingüística crítica* o defina de forma mais precisa. O princípio básico da lingüística crítica é que “todo uso da língua codifica padrões ideológicos ou estruturas discursivas que atuam na *mediação* de representações do mundo através da linguagem” (Fowler, citado em Malmkjaer, 1991: 89). O objetivo da disciplina é revelar posturas e atitudes ideológicas

subjacentes ao discurso, aplicando, principalmente, (a) instrumentos lingüísticos de análise e (b) conhecimento de contextos sociais e históricos. Na verdade, os lingüistas críticos recusam-se a pensar a linguagem e a sociedade como entidades distintas. Em última análise, assim como acontece com grande parte do trabalho feito no âmbito dos estudos culturais, os lingüistas críticos pretendem, através das análises que realizam, alcançar um maior entendimento dos processos políticos e sociais. Ao longo dos últimos vinte anos, esses estudiosos têm submetido regularmente discursos dominantes – como o capitalista e o militarista – à análise lingüística. Chilton (1985), por exemplo, faz análises detalhadas da linguagem do debate sobre as armas nucleares, apelidada, em inglês, de *nukespeak*.

Nos estudos da tradução, os trabalhos de Ian Mason e Basil Hatim (tanto individualmente quanto em conjunto, como em Hatim e Mason, 1990 e Mason, 1994) com respeito, principalmente, à tradução escrita, assim como o de Rehbein (1985) – entre outros – sobre interpretação simultânea, podem ser inseridos numa tradição que está mais próxima da lingüística crítica e da análise do discurso do que dos estudos culturais. Rehbein examina as relações de poder em situações de interpretação simultânea, usando instrumentos da análise conversacional. Em sua análise da interação entre um médico alemão e um grupo de mulheres turcas, viabilizada pela atuação de uma intérprete turca, professora de ensino médio, com domínio fluente do alemão, Rehbein mostra que a intérprete agia de forma diferente dependendo da língua para a qual estava vertendo. As declarações do médico eram traduzidas de forma mais completa e precisa do que as emitidas pelas compatriotas da intérprete (relatado em Müller, 1989: 715). O artigo de Ian Mason “Discourse, ideology and translation” (1994) é um bom exemplo dessa tendência crescente a estudar a ideologia e as relações de poder na tradução por meio de instrumentos da análise lingüística, na vertente da lingüística crítica. Mason procura mostrar “como a ideologia permeia o processo tradutório de maneira sutil” (ibidem, p. 23) e investiga mudanças ideológicas sistemáticas através do exame de traços de tais alterações na linguagem usada em textos de partida e de chegada – elementos como estratégias de coesão, escolhas lexicais, organização em tema e rema, e assim sucessivamente. E, ao contrário de teóricos inseridos no paradigma dos estudos culturais, que costumam

restringir seu objeto de pesquisa às traduções literárias, o autor ilustra a sua reflexão com a análise de um texto não-literário sobre a história do México, extraído do *UNESCO Courier*, o órgão oficial da UNESCO. Mason aponta que a distorção ideológica do texto-meta pode não ser deliberada – ou seja, que a mediação, muitas vezes, é um processo em grande parte subconsciente. Todos nós estamos limitados por nossa visão de mundo.

Tal constatação conduz a uma diferença importante entre os estudos culturais e a lingüística crítica, e a forma como ambos vêm sendo aplicados aos estudos da tradução. O tratamento dado à ideologia pela lingüística crítica é bastante diferente daquele observado no âmbito dos estudos culturais (pelo menos naqueles aplicados à tradução). A ideologia não é necessariamente vista pela lingüística crítica como um conjunto de idéias que são falsas ou politicamente indesejáveis. A definição do conceito é, nesse contexto, mais neutra, além de mais relacionada às diversas maneiras como as pessoas organizam e justificam suas vidas. Os estudos culturais, em contrapartida, tendem a enfatizar o aspecto indesejável da ideologia no discurso e a tratá-lo como algo deliberado e planejado. Tal postura pode criar a falsa impressão de que alguns discursos (inclusive aqueles dos estudiosos de tradução que realizam as análises) são ideologicamente neutros. Já no âmbito da lingüística crítica seria impossível sustentar essa implicação, na medida em que a disciplina vê todo tipo de discurso ou de comentário sobre o mundo (ou qualquer aspecto deste) como uma visão mediada do mesmo – o que afasta a possibilidade de apresentar neutralidade ou objetividade no que diz respeito à ideologia. A ênfase talvez exagerada nas questões de manipulação política e no seu caráter alegadamente deliberado e planejado também pode ser considerada provocativa em demasia. Tal fato levou pelo menos um estudioso (Fawcett, 1995) a propor uma visão alternativa, capaz de sustentar a possibilidade do que denomina uma “teoria dos erros” – ao invés de concentrar-se na pressuposição implícita de uma “teoria conspiratória”, presente em grande parte dos trabalhos recentes sobre a dimensão ideológica da tradução.

Evidentemente, não há motivo algum – e este é o ponto que gostaria de enfatizar – para não se estudar o papel da ideologia na tradução a partir dos instrumentos e metodologias tanto da lingüística quanto dos estudos culturais. Bruce (1994) logrou combinar ambas as abordagens ao recorrer à análise do discurso e à teori-

zação consciente das tipologias discursivas na sua reflexão a respeito da política cultural da tradução, ou seja, dos fatores que “determinam se um texto será ou não traduzido” (p. 47).

4. Estudos culturais e lingüística: olhando para o futuro

Gostaria de concluir afirmando que os estudos culturais, apesar de estarem muito em voga no momento, dificilmente substituirão a lingüística como a disciplina que mais informa os estudos da tradução. Todavia, podem, sem dúvida, complementá-la, de modo que as duas áreas devem ser integradas e, não, colocadas em posições antagônicas. Ambas têm qualidades e defeitos (como tudo mais). A lingüística fornece um conjunto de ferramentas que nos permitem estudar a linguagem, que é a matéria-prima de qualquer tipo de tradução, inclusive a interpretação em linguagem de sinais. Nenhuma teorização sobre a tradução, e certamente nenhum curso de formação de tradutores, podem ser levados a cabo deixando de lado este componente essencial da tradução. Na verdade, não é uma coincidência o fato de que o modelo dos estudos culturais predomina nos países que não têm uma tradição de formação de tradutores e em instituições que não oferecem esse tipo de curso. Os Estados Unidos, ao contrário de países como a Alemanha e a França, por exemplo, praticamente não têm escolas de tradução, nem apresentam uma tradição de formar tradutores (Neubert e Shreve, 1994: viii). Susan Bassnett (1994), em uma declaração a respeito do programa de mestrado da Universidade de Warwick no qual a preocupação com a história cultural é apresentada como um traço distintivo, aponta que os estudos nesta universidade não enfatizam a formação profissional, embora os alunos sejam “*incentivados* a produzir traduções” (p. 36, grifo meu) – o que, naturalmente, é diferente de prepará-los para serem tradutores.

Também é interessante observar que a ênfase histórica que os estudos culturais dão à cultura popular e à visão não-elitista da cultura fica reduzida, na esfera dos estudos da tradução, a uma valorização das formas não-canônicas de literatura. Pode-se argumentar, no entanto, que a aplicação dos estudos culturais à tradução é altamente elitista em seu acento na literatura e no completo descaso pela atividade tradutória que envolve textos comerciais, boletins e outros textos rotineiros. Na verdade, tem-se, às vezes, a impressão de que há um quê de esnobismo nas críticas feitas por

alguns estudiosos às discussões lingüísticas sobre tradução, bem como no descaso para com o conhecimento a ser adquirido pelos aprendizes de tradução, por seu nível de competência lingüística durante os anos de formação e assim sucessivamente.

Por outro lado, a abordagem propiciada pelos estudos culturais tem muitas vantagens, inclusive no que diz respeito à formação de tradutores. A sua maior virtude é ampliar os horizontes dos tradutores, incentivando-os a considerar outros fatores além da tarefa imediata de verter um texto de um idioma para outro. Há uma grande conscientização do lugar dos tradutores na sociedade e do poder que as traduções exercem na formação das identidades nacionais e na promoção de posturas ideológicas. Em última análise, esse tipo de conscientização atende a dois objetivos importantes. O primeiro consiste em promover uma abordagem mais responsável da tradução por parte dos tradutores e clientes, e o segundo, em ajudar a desenvolver um senso de identidade entre os profissionais da área, bem como a incentivar os tradutores a se orgulharem de sua atividade e, conseqüentemente, aumentar sua auto-estima – o que, por sua vez, pode contribuir para a valorização da profissão e para o prestígio da disciplina. Do ponto de vista teórico, o paradigma dos estudos culturais pode ajudar a explicar certos fenômenos tradutórios e certos tipos de coerções que atuam sobre a tradução, partindo de uma perspectiva global. É justamente nesse aspecto que faltam à lingüística os instrumentos de pesquisa necessários. O estudo dos sistemas de patronagem, por exemplo, exige ferramentas e conhecimento no âmbito da pesquisa histórica, dos quais a lingüística não dispõe.

Por serem essencialmente “interdisciplinares” e “incentivarem estudos sobre a interface de interesses disciplinares” (Jenks, 1993: 158), os estudos culturais podem abrir novas áreas de pesquisa sobre tradução, empregando instrumentos e metodologias de qualquer disciplina à qual desejarem recorrer. Isso é, ao mesmo tempo, uma grande vantagem e uma desvantagem potencialmente perigosa. A vantagem consiste no potencial libertador e na rica bagagem de conhecimento que pode ser acoplada ao estudo da tradução. O perigo reside no fato de que a disciplina, por jamais haver desenvolvido uma metodologia própria (Storey, 1994: 48) e por tender a “rejeitar valores absolutos” (Jenks, 1993: 158), também pode incentivar uma abordagem amadorística, incoerente e pouco rigorosa de seu objeto de estudo. No caso da tradução,

foi o que efetivamente aconteceu. Existem, é claro, muitos estudos sobre tradução que, feitos de uma perspectiva dos estudos culturais, apresentam um alto nível de rigor e qualidade; o trabalho de Lawrence Venuti é um bom exemplo. Mas também há estudos que alegam ser libertadores e revolucionários simplesmente por adotarem uma perspectiva “cultural” (palavra perigosamente em moda, que praticamente tomou o lugar do rigor e da coerência). Isso acontece, por exemplo, com o livro de Bassnett e Lefevere (1990), que anuncia a “virada cultural” como o limiar de uma era de descobertas espetaculares, onde os estudos da tradução ocupariam “um campo extremamente vasto” (D’haen, 1991: 115), mas que, na verdade, “praticamente não contém novidades para os leitores minimamente familiarizados com os avanços mais recentes da área” (ibidem). Além disso, os estudos culturais, devido à sua pauta política, ameaçam reviver a tradição prescritivista nos estudos da tradução. O simples uso do termo “cultural”, tão na moda, não consegue mascarar o fato de que, ao exortar os tradutores a empregarem estratégias específicas (por exemplo, de resistência, feministas, estrangeirizadoras), estudiosos como Godard (em Bassnett e Lefevere, 1990) não estão, na verdade, nos ajudando a entender melhor a tradução, mas simplesmente substituindo um tipo de prescritivismo por outro. Como apontou D’haen na sua resenha sobre o livro de Bassnett e Lefevere,

caso se trate mesmo de uma “virada cultural”, então é certamente para pior; no meu entendimento, esse tipo de manipulação da literatura defendida por Godard é exatamente o que os tradutores vêm fazendo há séculos, e o que constitui o objeto de *estudo* legítimo dos “estudos da tradução” (1991: 116).

Para concluir, tanto os estudos culturais quanto a lingüística têm uma importante contribuição a dar ao estudo da tradução. Nenhuma das duas disciplinas pode responder a todas as perguntas, nem dispõe dos instrumentos e da metodologia necessários para realizar pesquisas em todas as áreas dos estudos da tradução. Mas também não se deve esperar isso de nenhuma delas. Afinal de contas, se os estudos da tradução têm, como muitos de nós acreditam, um caráter interdisciplinar por natureza, não há necessidade de colocar diversas disciplinas em posições antagônicas, nem de opor resistência à integração das descobertas realizadas através da aplicação de diversos instrumentos de pesquisa, qualquer que seja a sua origem.

Notas

- 1 Uma excelente e equilibrada discussão desta divergência encontra-se em Neubert e Shreve (1994).
- 2 Tradução nossa, assim como a das demais citações de obras não publicadas em português.
- 3 Os estudos culturais recebem interpretações diferentes na América do Norte e na Europa continental. Todas as variedades, no entanto, apresentam grandes afinidades com os estudos culturais britânicos.
- 4 Stuart Hall é considerado um dos fundadores dos estudos culturais britânicos (Jenks, 1993: 155; Storey, 1994: 50).

Tradução de Marcia A. P. Martins
e Patricia Broers-Lehmann

Referências

- ARROWSMITH, W. & SHATTUCK, R. (orgs.) (1961) *The Craft and Context of Translation*. Humanities Research Centre. Austin: The University of Texas Press.
- BAKER, M. (1992) *In Other Words*. London/New York: Routledge.
- BASSNETT, S. (1994) “Translation Studies at Warwick – the Intercultural Approach”. *In Other Words* (Journal of the Translators’ Association of Great Britain; org.: Peter Bush), n. 3, pp. 35-7.
- BASSNETT-McGUIRE, S. (1991) *Translation Studies*. London: Methuen (1. ed. 1980).
- BASSNETT, S. & LEFEVERE, A. (1990) “Introduction. ‘Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights: The ‘Cultural Turn’ in Translation Studies’”. Em S. Bassnett & A. Lefevere (orgs.). *Translation, History & Culture*. London/New York: Routledge.
- BRUCE, D. (1994) “Translating the Commune: Cultural Politics and the Historical Specificity of the Anarchist Text”. *TTR* 7 (1), pp. 47-76.
- CASAGRANDE, J. B. (1954) “The Ends of Translation”. *International Journal of American Linguistics* 20 (4), pp. 335-40.
- CHAMBERLAIN, L. (1988) “Gender and the Metaphorics of Translation”. *Signs* 13, pp.454-72.
- _____ (1998) “Gender and Translation”. Em M. Baker (org.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London/New York: Routledge.

- CHILTON, P. (org.) (1985) *Language and the Nuclear Arms Debate: Nukespeak Today*. London/Dover: Frances Pinter.
- DELISLE, J. & WOODSWORTH, J. (no prelo). *The FIT History of Translation*.
- D'HAEN, T. (1991) "Review of *Translation, History and Culture* by Susan Bassnett and André Lefevere". *Target* 3 (1), pp. 114-6.
- FAWCETT, P. (1995) "Translation and Power Play". *The Translator: Studies in Intercultural Communication* 1 (2), pp. 177-92.
- FOWLER, R. (1991) "Critical Linguistics". Verbete em: K. Malmkjær (org.). *The Linguistics Encyclopedia*. London/New York, Routledge.
- HALL, S. (1981a) "Notes on Deconstructing 'The Popular'". Em R. Samuel (org.). *People's History and Socialist Theory*. London: Routledge & Kegan Paul.
- _____ (1981b) "Cultural Studies: Two Paradigms". Em T. Bennett, G. Martin, C. Mercer & J. Woollacott (orgs.) *Culture Ideology and Social Process: A Reader*. London: Batsford
- HATIM, B. & MASON, I. (1990) *Discourse and the Translator*. London/New York: Longman.
- JACQUEMOND, R. (1992) "Translation and Cultural Hegemony: the Case of French-Arabic Translation". Em L. Venuti (org.) *Rethinking Translation*. London/New York: Routledge, pp. 139-58.
- JENKS, C. (1993) *Culture*. London/New York: Routledge.
- KADISH, D. & MASSARDIER-KENNEY, F. (orgs.) (1994) *Translating Slavery: Gender & Race in French Women's Writing, 1783-1823*. Kent: Kent State University Press.
- KELLY, L. G. (1979) *The True Interpreter: A History of Translation Theory and Practice in the West*. New York: St. Martin's Press.
- KROEBER, A. L. & KLUCKHON, C. (1952/1963) *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*. New York: Vintage Books.
- KRONTIRIS, T. (1992) *Oppositional Voices: Women as Writers and Translators of Literature in the English Renaissance*. London/New York: Routledge.
- LEFEVERE, A. (1992) *Translation, Rewriting, & the Manipulation of Literary Fame*. London/New York: Routledge.
- LEVINE, S.J. (1991) *The Subversive Scribe: Translating Latin American Fiction*. Minneapolis: Greywolf Press.

- _____ (1991) "Translation as (sub)version: on translating Infante's *Inferno*". Em L. VENUTI (org.) *Rethinking Translation*. London/New York: Routledge, pp. 75-85.
- MALMKJÆR, K. (1991) *The Linguistics Encyclopedia*. London/New York: Routledge.
- MASON, I. (1994) "Discourse, Ideology and Translation". Em R. de Beaugrande, A. Shunnaq & M. Heliel (orgs.). *Language, Discourse and Translation in the West and Middle East*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 23-34.
- MÜLLER, F. (1989) "Translation in Bilingual Conversation: Pragmatic Aspects of Translatory Interaction". *Journal of Pragmatics* 13, pp. 713-39.
- NEUBERT, A. & SHREVE, G. M. (1994) "Foreword: 'A House of Many Rooms': The Range of Translation Studies". Em D. Kadishi & F. Massadier-Kenney (orgs.) *Translating Slavery: Gender & Race in French Women's Writing, 1783-1823*. Kent: Kent State University Press, pp. vii-xiv.
- NIRANJANA, T. (1992) *Siting Translation: History, Post-structuralism, and the Colonial Context*. Berkeley/Oxford, University of California Press.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. (1957) *A Natural Science of Society*. Glencoe: Free Press.
- REHBEIN, J. (1985) "Ein ungleiches Paar – Verfahren des Sprachmittels in der medizinischen Beratung". Em J. Rehbein (org.). *Interkulturelle Kommunikation*. Tübingen: Narr, pp. 420-48.
- ROBINSON, D. (1995) "Theorizing Translation in a Woman's Voice". Em *The Translator: Studies in Intercultural Communication* 1 (2), pp. 153-75.
- STEINER, G. (1975) *After Babel: Aspects of Language and Translation*. London/Oxford/New York: Oxford University Press.
- STOREY, J. (1994) "Mapping the Popular: The Study of Popular Culture within British Cultural Studies". *The European English Messenger* 3 (2), pp. 47-59.
- TOURY, G. (1985) "A Rationale for Descriptive Translation Studies". Em T. Hermans (org.) *The Manipulation of Literature*. London/Sydney: Croom Helm.
- VENUTI, L. (org.) (1992) *Rethinking Translation*. London/New York: Routledge.

- _____ (1995a) *The Translator's Invisibility*. London/New York: Routledge.
- _____ (1995b) "Translation, Authorship, Copyright". *The Translator: Studies in Intercultural Communication* 1 (1), pp. 1-24.
- _____ (1998) "American Tradition". Em M. Baker (org.) *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London/New York: Routledge.

Why Translation Studies Should Learn To Be Homeless

Anthony Pym

The following is a critical survey of possible institutional locations for translation studies. The basic question to be asked is whether translation studies really requires any of the homes that our institutions currently make available, starting with the fundamental relationship with translator training. The basic answer is that, whether we like it or not, we are heading toward homelessness, and this may well be the best location we can hope to establish.

Where is translation studies?

When Monique Caminade and myself set out to compile a list of all the institutions that train translators and/or interpreters, we were surprised to see the world total climb to about 300 (although only 268 are in our 1995 checklist). This was more than fourteen times the 21 institutions that are currently members of the CIUTI, which is a European and North American club for the mutual recognition of "prestigious" institutions. Clearly, to know what is happening in this field today one has to look at far more than the would-be hegemony of a self-selected top twenty.

A second surprise was the great diversity of the institutional locations involved: independent translation schools, university translation departments, sections of business schools, departments of comparative law, programmes in comparative literature, science departments, European studies, European administrative institutions, straight modern language departments, inter-departmental bodies, national examination bodies, private language schools, paraprofessional training programmes, summer schools, and a few even more miscellaneous structures. Not all these institutions would claim to be doing "translation studies" in